

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Eletrobras diz que estrangeiros querem parceria em Angra 3	2
Título: Enterro adiado	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	3
Título: Eletrobrás abandona 43 projetos	3
Título: Ministro de Minas e Energia sai em defesa de Ferreira	5
Título: Vale faz assembleia para alterar acordo.....	5
Título: CSN e Deloitte não se entendem sobre balanço	7
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	7
Título: Consumidor.....	7
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	7
Título: Estatal de energia pede doações de equipamentos de informática	7
VEÍCULO: Valor Econômico	8
Título: Países exportadores de petróleo drenam suas reservas internacionais	8
Título: EUA, China e Índia elevam a extração de carvão.....	10
Título: Eletrobrás cortará 44% do pessoal corporativo.....	14
Título: Conselhinho julga amanhã condenação da União pela CVM	16
Título: Fornecedor vê no pós-sal saída para crise.....	17
Título: Macaé perdeu 28 mil postos de trabalho desde 2015	19
Título: Parente planeja acelerar desalavancagem da Petrobras.....	21
Título: Prumo fecha acordos	22
Título: Grupo São Martinho recebe crédito negociado com a IFC.....	22
Título: Empresa comemora o melhor ano de sua história	23
Título: Cadeia da cana renova protocolo ambiental	25
Título: Taxação de etanol importado ainda gera divergências	26

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordoñez****Título: Eletrobras diz que estrangeiros querem parceria em Angra 3**

Após crise, executivo afirma que meta de corte de gasto será mantida

Quatro grupos estrangeiros já demonstraram interesse em participar do projeto de construção da usina nuclear de Angra 3, afirmou ontem o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior. As obras estão paradas desde 2015 em razão do envolvimento no escândalo de corrupção da Lava-Jato. Segundo o executivo, empresas de Rússia, China, Coreia do Sul e França já manifestaram disposição para participar do projeto. — Só eu já recebi quatro interessados em ser parceiro da Eletronuclear — disse. O executivo espera que o governo federal e o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) definam até setembro o futuro da usina, que tem 63% de obras prontas. A expectativa é que as obras sejam reiniciadas somente em 2019. A busca de parceiros para a conclusão das obras é uma das hipóteses em estudo. Mesmo neste cenário, porém, a operação da usina, que é monopólio da União, continuaria a cargo da Eletronuclear. Já foram gastos R\$ 10 bilhões no projeto, dos quais R\$ 8 bilhões são referentes a empréstimos. — É mais barato viabilizar a conclusão da obra do que quitar os financiamentos — disse o executivo.

‘TEMOS UMA AGENDA A ENFRENTAR’

As obras de Angra 3 já tinham ficado paradas durante 23 anos, quando foram retomadas em 2008. O envolvimento do projeto em denúncias de corrupção levou à prisão do então presidente da Eletronuclear Othon Luiz Pinheiro. Em entrevista ontem, Ferreira Júnior comentou a polêmica recente na empresa depois que foi divulgado um áudio no qual conversa com sindicalistas e afirma que 40% dos funcionários eram inúteis e vagabundos. Ele reiterou que pediu desculpas após o mal-estar, que a conversa se referia a cargos comissionados, mas ressaltou que as metas de redução de redução de gastos e pessoal estão mantidas. Ferreira Júnior assumiu o cargo com a tarefa de equilibrar as contas da Eletrobras. — De fato, exagerei. As pessoas não são vagabundas nem safadas. Eu me arrependo disso e me desculpei no primeiro dia, foi no calor da discussão. Óbvio que a generalidade que fiz é equivocada e errada, e por isso me desculpo. Mas temos uma agenda a enfrentar e quero contar com cada um dos empregados e dos gestores para tocar essa agenda — destacou Ferreira Júnior.

Segundo o executivo, espera-se conseguir reduzir os gastos com pessoal de todo o grupo Eletrobras de R\$ 6 bilhões para R\$ 3,5 bilhões. O corte de custos deve incluir R\$ 900 milhões com aposentadoria de empregados, R\$ 600 milhões com

redução de gastos administrativos por meio da adoção do plano de incentivo à demissão, R\$ 700 milhões com a redução de pessoal após a privatização de seis distribuidoras das regiões Norte e Nordeste e R\$ 300 milhões com outras economias. — A agenda de produtividade e eficiência da companhia é a agenda a ser colocada para todos os gestores e empregados da Eletrobras. Não tem outra agenda mais importante do que essa, além da questão da redução da dívida — resumiu. Os empregados do grupo Eletrobras pretendem fazer uma paralisação de 48 horas amanhã e no dia seguinte contra o não pagamento de Participação nos Lucros em 2016 e o descumprimento de cláusulas do acordo coletivo em vigor até 2018, que prevê negociação quando ocorre mudança de função do trabalhador. Emanuel Mendes, diretor do Sintergia/RJ, afirmou que a redução de pessoal precisa ser discutida. — Ele (Wilson Ferreira) está fazendo a reestruturação unilateralmente, não está discutindo com a categoria — afirmou.

PETROBRAS RETOMA CONVERSA COM A SETE

Em evento realizado ontem pelo grupo Lide Rio, o presidente da Petrobras, Pedro Parente, afirmou que a companhia já teria condições de obter o grau de investimento pelas agências de risco, mas que isso não ocorre porque o país também perdeu seu selo de bom pagador. Ele destacou as melhorias nos últimos meses e confirmou que foram retomadas as negociações com a Sete Brasil, que está em recuperação judicial.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio / coluna

Autor: Ancelmo Gois

Título: Enterro adiado

A assembleia-geral de credores da natimorta Sete Brasil foi adiada, de novo, por 60 dias. A empresa, nascida com a pretensão de faturar US\$ 25 bilhões vendendo sondas para a Petrobras, é um dos maiores desastres da história empresarial brasileira.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes

Título: Eletrobrás abandona 43 projetos

Parte das 177 sociedades com iniciativa privada tem custo financeiro superior ao retorno e continuidade das obras não se justifica, diz presidente.

Em resposta ao vazamento de conversa com sindicalistas, durante a qual afirmou que "vagabundos" e "safados" ocupam cargos de chefia na Eletrobrás, o presidente da estatal, Wilson Ferreira Júnior, disse que "exagerou", mas que tem uma agenda a enfrentar. "É preciso mudar a cultura da empresa, que não é voltada para a meritocracia", afirmou.

Ele admitiu ainda o abandono de 43 projetos, alguns com custo financeiro quatro vezes superior ao retorno que a empresa teria se optasse por concluir a obra. Esses 43 projetos são Sociedades de Propósito Específico (SPE), um modelo de negócio que proliferou nos últimos anos, no qual empresas estatais se associam à iniciativa privada.

Como não são projetos 100% estatais, não têm suas contas vasculhadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) como os demais. Mas são investigados pela Polícia Federal, na Operação Lava Jato, que avalia possível interferência do ex-deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ) em negócios fechados por Furnas. Segundo Ferreira, não há entre as SPEs contratadas nos últimos anos "nenhuma cuja taxa de retorno seja superior a 5%" ao ano, enquanto, pelo mesmo projeto, a Eletrobrás paga juros de financiamento de 20% ao ano.

Os números foram divulgados pelo presidente da Eletrobrás na televisão interna da empresa, no vídeo em que se desculpa por ter chamado funcionários de vagabundos, ao mesmo tempo que tenta engajar os empregados a aderir à reestruturação proposta por ele. Ao todo, a Eletrobrás participa de 177 SPEs, das quais 43 foram abandonadas, 24 estão em construção e 110, em operação. Nesse grupo, estão grandes projetos, como a hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, que tem conclusão prevista para dezembro de 2019.

Já a construção da usina nuclear Angra 3, um projeto 100% estatal, também alvo da Lava Jato, deve ser retomada em 2019 e concluída em 2023. Nesse caso, a Eletrobrás considerou que vale investir mais R\$ 2 bilhões para concluir 37% da obra do que perder os R\$ 8 bilhões já investidos. Para isso, deve contar com a parceria minoritária da iniciativa privada, que poderá ser de chineses, russos, franceses ou coreanos.

Todos demonstraram interesse no negócio, apesar das denúncias de corrupção na obra. Segundo Ferreira, no passado, "a holding (controladora) não foi efetiva" o suficiente para evitar a interferência política nas controladas da Eletrobrás. O presidente admitiu que o Ministério de Minas e Energia continua indicando chefias para o grupo, mas afirma que qualquer um que assumir cargo de chefia na empresa é obrigado a se adequar às exigências internas de qualificação técnica e ética para o cargo.

Assim, como acontece na Petrobrás, o enxugamento de pessoal e custos da atual gestão é pautado pela meta de redução do compromisso do caixa com o pagamento de dívidas. Em 2016, a empresa lucrou R\$ 3,4 bilhões, o primeiro resultado anual positivo desde 2011.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Luciana Collet / Fernanda Nunes

Título: Ministro de Minas e Energia sai em defesa de Ferreira

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, saiu em defesa do presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Junior, que na semana passada teve uma conversa com sindicalistas divulgada na qual ele chama funcionários da estatal de "vagabundos" e "safados".

Coelho Filho afirmou que "o presidente acertou em reconhecer que exagerou na palavra", mas salientou que o executivo "tem todo apoio para poder tocar a agenda que tem na empresa". Para o ministro, essa agenda "não é apenas de governo ou de austeridade, é para permitir que a Eletrobrás possa continuar sobrevivendo".

Falando a jornalistas no intervalo de um evento em São Paulo, o ministro disse que situação da Eletrobrás é "extremamente delicada". "Tem coisas que não dá para a gente conviver (...), não é contra um indivíduo, uma pessoa em si, é contra a empresa como um todo", disse.

"Não dá para ver uma companhia que amargou nos últimos quatro anos R\$ 32 bilhões de prejuízo dando oportunidade de privilégios a uma série de pessoas. Não é justo com o momento que o Brasil está vivendo." /

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Mariana Durão

Título: Vale faz assembleia para alterar acordo

Minoritários e participantes de fundos de pensão questionam proposta de reestruturação.

A Vale realiza hoje uma Assembleia- Geral Extraordinária (AGE) para seguir adiante com uma reestruturação proposta em fevereiro pelos atuais controladores da mineradora em meio a resistências de acionistas minoritários e

participantes de fundos de pensão que fazem parte do atual bloco de controle do grupo.

A reestruturação prevê a unificação dos papéis da mineradora, que passará a ter apenas ações ordinárias, o fim do acordo de acionistas e a migração para o Novo Mercado em 2020. O Estadão/Broadcast apurou que não há um "plano B" caso a pauta da assembleia não seja aprovada hoje. A Valepar considera que a relação de troca proposta é justa e não cedeu nem diante dos apelos da Capital Group, maior acionista fora do bloco de controle.

Segundo uma fonte, o clima entre os membros da Valepar hoje é bem diferente do que era quando a operação foi anunciada, em fevereiro. Na prática, se a transação for rejeitada a discussão entre os controladores volta à estaca zero. Para evitar um revés, o novo presidente da Vale, Fabio Schvartsman, dedicou boa parte de seu tempo desde que assumiu o comando da companhia, no fim de maio, a se reunir com acionistas para promover a reestruturação, segundo fontes.

Esta seria uma de suas principais missões. O mapa de voto a distância indica aprovação das matérias essenciais, mas o resultado final só será conhecido na assembleia. A relação de troca de 0,9342 ação ordinária (ON) para cada preferencial (PN) é alvo de insatisfação de alguns minoritários. Eles chegaram a recorrer à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para interromper a AGE, mas sem sucesso.

A principal alegação é que a relação de troca é injusta para os donos de ações PN. Desde o anúncio da reestruturação, há rumores de que a americana Capital Group ficou insatisfeita com a proposta. Detentora de 20,9% das ações PN da Vale, a gestora fez parte do grupo de oito fundos que recorreram à CVM. Há também questionamentos de participantes dos fundos de pensão, para quem é baixo o prêmio de 10% do capital total acertado para que os membros do bloco de controle reunidos na Valepar – Litel (que engloba Previ, Petros, Fundação Cesp e Funcef), Bradespar, Mitsui e BNDESPar – abram mão do mando.

As reclamações enviadas à CVM e ao Tribunal de Contas da União partiram de diretores eleitos da Funcef. Já os minoritários dizem que o prêmio é excessivo. O diretor de Relações com Investidores da Vale, André Figueiredo, garantiu que até o fim da noite de ontem a companhia não recebeu nenhum tipo de notificação que impeça a AGE.

A companhia foi notificada pela CVM para responder sobre a reclamação no caso Funcef, mas ainda tem prazo para isso. "Trabalhamos com a perspectiva de que tudo corra normalmente." Além da unificação de ações, serão votadas mudanças no estatuto da Vale, com regras de governança do Novo Mercado, e a incorporação da Valepar pela companhia. Se a pauta for aprovada, abre-se uma

janela para a conversão de ações até 11 de agosto. O piso é de adesão de ao menos 54% dos preferencialistas. Ao fim, os acionistas da Valepar terão participação acionária inferior a 50% das ações ordinárias da Vale. Caso a incorporação atinja 100% no futuro, os atuais controladores da Vale terão 36,73% do capital social.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / coluna

Autor:

Título: CSN e Deloitte não se entendem sobre balanço

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Deloitte estão debruçadas sobre os últimos balanços trimestrais da empresa, que precisaram ser revisados por conta da combinação de negócios das atividades de mineração e logística da companhia, no fim de 2015. Ao mercado, a CSN tem reiterado que a revisão ocorre por conta do tratamento fiscal da operação com a Namisa, com a criação da Congonhas Minérios. No entanto, auditoria e empresa não chegam a um acordo e a Deloitte não quer assinar o documento. Assim, perto do fim do segundo trimestre, há duas divulgações de resultados atrasadas, uma vez que a última foi feita no intervalo de julho a setembro de 2016. No acumulado deste ano, as ações da empresa caem quase 40%. Procuradas, CSN e Deloitte não comentaram.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Opinião

Autor: Ari Cunha

Título: Consumidor

Realmente o preço da gasolina diminuiu bastante com o fim dos cartéis. A população está acompanhando e prestigiando o melhor e mais barato combustível.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA

Título: Estatal de energia pede doações de equipamentos de informática

Após cortes no orçamento, a EPE (Empresa de Pesquisa Energética), estatal responsável pelo planejamento do setor de energia no país, decidiu apelar a uma campanha de doações de bens, equipamentos e serviços.

Em uma primeira fase, lançada nesta segunda-feira (26), ela quer modernizar sua estrutura de informática, que considera obsoleta, e pede computadores, servidores, tablets, projetores e câmeras, entre outros itens.

"A EPE tem interesse em restabelecer a qualidade de seu parque tecnológico, que já se encontra obsoleto e defasado em relação às novidades e atualizações existentes, afetando sobremaneira na realização de suas atividades", informou em comunicado.

A companhia estatal publicou uma lista dos equipamentos que precisa e afirma que as doações podem ser feitas por "qualquer pessoa física, jurídica de direito privado, organização não governamental sem fins lucrativos ou instituição pública".

A EPE está ligada ao Ministério de Minas e Energia e tem como atribuição realizar estudos sobre oferta e demanda de energia, para balizar as políticas governamentais para o setor.

É comandada pelo matemático Luiz Barroso, que era diretor da consultoria especializada PSR Energy quando indicado para o cargo pelo presidente Michel Temer, em maio de 2016.

Procurada, a EPE não disponibilizou executivos para comentar a campanha de doações, mas a **Folha** apurou que há reclamações com relação aos constantes contingenciamentos de recursos do orçamento do órgão, que está comprometido com o pagamento de salários.

APERTO

O Projeto de Lei Orçamentária de 2017 previa o desembolso de R\$ 116,3 milhões para o órgão neste ano, dos quais R\$ 81,1 milhões são destinados ao pagamento de pessoal, e R\$ 34,3 milhões, para outras despesas correntes.

"A EPE pretende atravessar a atual situação de crise e de dificuldades em relação ao seu orçamento -fortemente contingenciado nos últimos anos- com uma atitude positiva, inovadora e criativa, acreditando que ela pode gerar bons frutos na nossa busca constante por mais eficiência: através de um procedimento de doação de bens à empresa", afirma a estatal.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Steve Johnson | Financial Times

Título: Países exportadores de petróleo drenam suas reservas internacionais

As reservas cambiais dos países que são grandes exportadores de petróleo caíram para o seu nível mais baixo em uma década, num momento em que os baixos

preços da commodity obrigaram muitos países a canibalizar seus estoques de reserva internacional.

O declínio das reservas evidencia a crescente perda de poder e influência de alguns dos principais petropaíses do mundo e quão pouco tempo eles têm para diversificar as suas economias, antes que seus amortecedores financeiros desapareçam.

No fim de 2016, 13 grandes exportadores de energia tinham reservas combinadas de US\$ 967 bilhões, segundo o Fundo Monetário Internacional, bem abaixo do pico de US\$ 1,26 trilhão atingido no final de 2013 e o menor valor desde 2006.

As reservas cambiais na Venezuela, que está lutando contra uma inflação desenfreada e escassez de alimentos, caíram 90% de seu pico em 2008, enquanto as reservas líbias, no país devastado por uma guerra civil, caíram 45% desde seu pico em 2012. As reservas estão em 41% abaixo de seu pico de 2013 na Argélia; 38% na Nigéria, 35% na Rússia e 30% em Angola desde os seus picos de 2012; 29% no Catar (2014) e 22% no Cazaquistão (2010).

Alguns países do Golfo Pérsico, como Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Kuwait, tiveram declínios muito menores, graças ao retorno de seus investimentos e a menores déficits orçamentários. Mas as suas reservas internacionais poderão sofrer mais pressões se o preço do petróleo continuar em cerca de US\$ 45 por barril, em comparação com os níveis de US\$ 100 ou mais em 2008 e entre 2011 e 2014.

"A US\$ 45, acredito que as reservas continuarão a cair", afirmou Charles Robertson, economista-chefe da Renaissance Capital, um banco de investimento com sede em Moscou e focado em mercados emergentes.

John Sfakianakis, diretor de pesquisa econômica no Gulf Research Center, um centro de estudos saudita, disse: "As tentativas dos principais países exportadores de petróleo de controlar as despesas e elevar as receitas não petrolíferas" também foram um ponto crítico na projeção de que as reservas deverão continuar a encolher.

O colapso das receitas governamentais e o aumento das despesas públicas ampliaram os déficits orçamentários de muitos países exportadores de petróleo. O déficit de Brunei atingiu 21,9% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2016, chegou a 17,7% no Bahrein; 16,9% na Arábia Saudita; e 14,6% na Venezuela.

Jason Tuvey, economista na Capital Economics especializado em Oriente Médio, mostra-se confiante em que a Arábia Saudita, o Qatar e os Emirados Árabes Unidos ainda dispõem de reservas internacionais suficientes para ampará-los enquanto diversificam as suas economias.

Ele disse que o declínio nas reservas está "começando a diminuir", e acrescenta: "A Arábia Saudita, em especial, praticou muita austeridade nos últimos dois anos" para reduzir o ritmo em que está queimando a sua pilha de dinheiro. Mas ele expressou a preocupação de que países do Golfo com menos recursos, como Omã e Bahrein, poderão acabar necessitando ser socorridos por vizinhos mais ricos para proteger suas âncoras cambiais em relação ao dólar.

Sfakianakis disse recear que a Argélia, com um déficit orçamentário de 11,6% do PIB no ano passado, está "bastante atrasada" no desenvolvimento de sua economia não petrolífera, restando ao país apenas mais dois a três anos para fazer isso ou sofrer "graves consequências".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Matthew Brown e Katy Daigle | Associated Press, de Pequim e Nova Déli.

Título: EUA, China e Índia elevam a extração de carvão

Os maiores usuários de carvão do mundo - China, Estados Unidos e Índia - aumentaram a extração do mineral em 2017, numa mudança abrupta em relação à queda global recorde do ano passado na exploração desse combustível altamente poluente, e num retrocesso nos esforços para conter as emissões de gases responsáveis pelas mudanças climáticas.

Dados sobre a mineração analisados pela "Associated Press" mostram que a produção até maio aumentou pelo menos 121 milhões de toneladas, ou 6%, nos três países em comparação a igual período de 2016. A mudança é mais dramática nos EUA, onde a extração de carvão aumentou 19% nos primeiros cinco meses do ano, segundo dados do Departamento de Energia.

O destino do carvão parecia ter atingido um novo ponto baixo há duas semanas, quando a BP informou que a tonelagem extraída no mundo caiu 6,5% em 2016, a maior queda já registrada. China e EUA responderam por quase todo o declínio, enquanto na Índia houve um pequeno aumento.

Segundo especialistas, os motivos da reviravolta deste ano incluem as mudanças de política na China, mudanças nos mercados de energia dos EUA e o contínuo esforço da Índia para fornecer eletricidade às suas populações mais pobres. O papel do presidente Donald Trump de maior estimulador do carvão nos EUA, avaliam, teve um papel pequeno nessa mudança.

A popularidade do combustível caiu nos últimos anos, com o avanço das energias renováveis e do gás natural na China, que ajudou a conter os perigosos níveis de poluição urbana do ar decorrente da queima do carvão.

Se esse retorno do carvão se mostrar duradouro isso terá implicações para as metas de redução de longo prazo e nas esperanças dos ambientalistas de a China e a Índia emergirem como líderes no combate as mudanças climáticas.

A expectativa é de que o retrocesso nos EUA seja temporário, mas analistas concordam que o uso do carvão pela Índia continuará crescendo. Eles estão divididos sobre as previsões para a China ao longo da próxima década.

Representantes da indústria dizem que o retomada no crescimento do carvão reforça seu papel ainda predominante na geração de energia. Mas os analistas alertam que a perspectiva de crescimento para o carvão no longo prazo permanece desanimadora.

EUA, China e Índia produzem juntos cerca de dois terços do carvão extraído no mundo, e as duas últimas nações também importam carvão para atender suas necessidades. A produção da Índia cresceu mesmo durante a retração global do setor carvão.

"Se você olhar para esses três países, todo o resto é irrelevante no plano geral", diz Tim Buckley, diretor do Institute for Energy Economics and Financial Analysis.

A queima de carvão para a geração de energia, indústria manufatureira e aquecimento é uma das principais fontes das emissões de dióxido de carbono, que segundo cientistas vêm provocando mudanças climáticas. A redução dessas emissões era um ponto crítico do Acordo de Paris, firmado em 2015, do qual o presidente Trump anunciou este mês que vai sair.

Quase todas as demais nações continuam apoiando o acordo, incluindo a China e a Índia. Estes dois países, mais os EUA, produzem quase metade das emissões globais responsáveis pelos gases do efeito estufa. O carvão responde por quase metade das emissões do efeito estufa resultantes da queima de combustíveis fósseis, segundo o Global Carbon Project. A China é de longe o país que mais usa o carvão, consumindo metade da oferta global.

A China se comprometeu em limitar suas emissões de gases do efeito estufa até 2030, e há quem sugira que ela poderá conseguir isso uma década antes. Xizhou Zhou, analista de energia da IHS Markit, em Pequim, diz que a alta recente na produção de carvão lança dúvidas sobre esse otimismo, mas acrescenta que a China ainda deverá cumprir com a meta estabelecida para 2030.

"O consumo de carvão continuará aumentando, conduzido principalmente pelos países asiáticos", diz Zhou. "Estamos vendo o começo de uma recuperação neste ano e veremos um aumento até a metade da década de 2020, antes de chegarmos numa estabilização global do consumo de carvão."

A produção da China cresceu mais de 4% até maio, segundo dados do governo, em comparação a uma queda de mais de 8% no mesmo período do ano passado. Centenas de minas foram fechadas na China no ano passado e o governo forçou outras a reduzir as horas de trabalho numa tentativa de diminuir um excesso de oferta de carvão e estimular os preços. Desde então, o governo relaxou essa política e a produção está reagindo.

Além disso, com a China se recuperando de uma desaceleração econômica em 2015, o país registra um aumento nos investimentos no setor industrial, em rodovias, pontes e outros projetos. Isso cria mais demanda por eletricidade, a maior parte da qual ainda é gerada pela queima de carvão, mesmo depois dos enormes investimentos da China em energia eólica e solar.

Apesar do anunciado cancelamento ou suspensão da construção de cem usinas de carvão, outras continuam em construção, o que significa que o consumo de carvão para gerar energia continuará em alta, diz Zhou. Indonésia, Malásia, Vietnã e Paquistão também estão erguendo novas usinas.

Na Índia, onde 70% da eletricidade vem do carvão, a produção há muito vem crescendo e desafiando a tendência global. O país argumenta que tem o direito e a obrigação de ampliar a geração de energia enquanto amplia o acesso à eletricidade para centenas de milhões de pessoas que ainda carecem dela. A Índia também está tentando reduzir sua dependência do carvão importado com a exploração de suas próprias reservas.

Uma análise feita pela AP dos relatórios do Ministério do Carvão da Índia, constatou que a exploração pelas companhias estatais, que respondem pela grande maioria da produção do país, cresceu 4% nos primeiros cinco meses do ano.

Nos EUA, a maior parte do aumento ocorreu nos grandes estados produtores de carvão como Wyoming, Pensilvânia e Virgínia Ocidental.

A alta dos preços do gás natural - um concorrente na geração de energia - no começo do ano ajudou o carvão, segundo Andy Roberts, da firma de consultoria Wood Mackenzie. Mas acredita-se que isso será temporário em razão da grande oferta de gás natural que o país possui. Um inverno particularmente frio em partes dos EUA também beneficiou o carvão ao aumentar a demanda por energia.

Benjamin Sporton, executivo-chefe da Associação Mundial de Carvão, reconhece que "tem sido uns anos difíceis para o carvão", mas ele observou que o mercado permanece forte, em particular na China e Índia. "Todos os sinais apontam para uma tendência positiva de alta."

Apesar disso, o papel do carvão no fornecimento de eletricidade também vem caindo nesses países. A China hoje usa mais energias renováveis do que qualquer outra nação. Os líderes do Partido Comunista prometeram investir US\$ 360 bilhões no setor até 2020.

O governo da Índia disse que não precisa mais de usinas geradoras de eletricidade movidas a carvão e, no mês passado, cancelou a construção de usinas que gerariam 13,7 gigawatts, o suficiente para atender mais de dez milhões de residências. A Índia vem promovendo as fontes renováveis com uma série de incentivos e declarou que a energia gerada por algumas instalações solares deverá ser usada quando houver um aumento na demanda.

Segundo analistas, a Índia está tentando se ajustar ao que parece ser um "novo normal": no qual o crescimento da capacidade de geração de eletricidade supera o ritmo de aumento na demanda. A produção manufatureira não está crescendo tão rapidamente quanto se esperava e, embora o ritmo de construção das linhas de transmissão se mantenha firme, cerca de 260 milhões de indianos ainda não têm acesso à energia elétrica.

Como resultado, as usinas geradoras de energia do país estão operando com menos de 60% da capacidade instalada, na média. Em 2009, a Índia estava usando 75% de sua capacidade.

"O setor privado não está desenvolvendo nenhum novo investimento em usina térmica", como as de carvão, disse Ashok Khurana, diretor-geral da Associação de Produtores de Energia na Índia. "Não tem sentido nisso."

O argumento de Trump para estimular a indústria do carvão é uma exceção entre os três maiores consumidores do mundo. Apesar disso, a recuperação do carvão nos EUA poderá ser a mais breve.

O gás natural barato, um crescente interesse por energia renovável e legislações mais rígidas contra a poluição levaram as produtoras de energia a fechar ou anunciar o aposentadoria de várias centenas de usinas de carvão. É pouco provável que as companhias de energia dos EUA, que investiram pesadamente em fontes alternativas, voltem ao carvão, avalia Roberts, da Wood Mackenzie. Isso significa, segundo ele, que as forças do mercado - e não as políticas de Trump - que terão maior peso em determinar o futuro da indústria.

Buckley, o especialista em finanças energéticas, acredita que o aumento na exploração de carvão de 2017 acabará sendo uma anomalia e que a tendência de declínio global será retomada. Mas ele observa que muitas usinas movidas a carvão continuarão operando nos próximos anos. "Não estamos falando no fim

do carvão amanhã, ou do fim do carvão na próxima década. Estamos falando em uma transição de cerca de 40 anos." **(Tradução de Mario Zamarian)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Cláudia Schüffner | Do Rio

Título: Eletrobrás cortará 44% do pessoal corporativo

A Eletrobrás planeja reduzir em 44% o número de empregados nas atividades corporativas (corte de 2.709 empregos) ao adotar medidas como a criação de um centro de serviços compartilhados, padronização dos procedimentos de todas as subsidiárias e um plano de demissões incentivadas que já teve 900 adesões das 2,5 mil esperadas. Com as atuais adesões a redução de custos é de R\$ 900 milhões.

Com maior automação na geração e transmissão, a Eletrobrás poderá reduzir em 1.861 o número de empregados (hoje de 8.777) enquanto a venda das distribuidoras vai tirar 5.972 pessoas da folha de pagamento. No processo a empresa espera diminuir de 23.154 para 12.045 o número de funcionários.

O presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Jr., chamou a imprensa para falar sobre o teor dos áudios divulgados na semana passada nos quais chamava funcionários da estatal de "vagabundos" por, segundo ele, ganharem salários altos para não trabalharem. E admitiu que exagerou no tom. "São 40% da Eletrobrás, 40% de cara [sic] que é inútil, não serve para nada. Está aqui ganhando gratificação, usando telefone, uma vaga de garagem, uma secretária. Esse tipo de coisa, vocês me perdoem, mas a sociedade não pode pagar por vagabundo. Em particular no serviço público", disse o executivo em reunião gravada por presentes.

"Quando ouvi a fita achei que de fato exagerei. Eu estava errado. Pessoas não são vagabundas", disse Ferreira Jr. em coletiva de imprensa. "É óbvio que a generalização que fiz é equivocada e por isso me desculpei", disse.

Em São Paulo, o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, disse que o presidente da Eletrobrás tem total apoio da pasta. "O presidente Wilson acertou ao reconhecer que usou as palavras erradas. Ele tem toda nossa aprovação, nosso total apoio. Ele vai colocar uma agenda na empresa que não é apenas de governo ou de austeridade, mas sim para permitir que a Eletrobrás possa continuar sobrevivendo."

Ferreira Jr. esclareceu ainda que os 40% dizem respeito a cargos gerenciais. O plano de reestruturação da companhia prevê redução de 31% dos custos com os

salários de empregados com funções gratificadas. Dos 2.200 cargos gerenciais incluídos nesse base de custos, a empresa já eliminou 700. A meta da estatal é cortar a despesa total com pessoal de R\$ 6 bilhões para R\$ 3,5 bilhões.

Ele enfatizou várias vezes que a empresa precisa se reestruturar. Considerando-se todos os negócios - na geração, transmissão e distribuição - o custo da Eletrobrás é maior que a receita em R\$ 3,8 bilhões e a companhia precisa se reestruturar para enfrentar dívida e queda da produtividade.

Outra saída na agenda da Eletrobrás é vender participações em Sociedades de Propósito Específico (SPEs). A empresa vai receber das subsidiárias 50 SPEs em pagamento de dívida "cara" que soma R\$ 5 bilhões. Os ativos serão predominantemente de transmissão e geração eólica.

O grupo Eletrobrás tem participação em 177 empreendimentos, das quais 110 estão em operação (sendo 51 de geração), 24 em construção e 43 não tiveram obras iniciadas. O BTG Pactual vai entregar a avaliação dos ativos em dois meses. O plano é vender os ativos e quitar a dívida e economizar R\$ 1 bilhão por ano.

O executivo frisou que além do plano de aposentadoria, a empresa também pretende reduzir custos com hora extra, periculosidade e gestão de sobreaviso. "A agenda da produtividade precisa ser colocada", disse. A Eletrobrás também confirmou que seu conselho de administração vai analisar, na sexta-feira, a troca Ricardo Medeiros na presidência de Furnas.

Como antecipou o **Valor PRO**, serviço de informação em tempo real do **Valor**, o nome escolhido para substituir Medeiros é o de Júlio César Jorge Andrade, atual diretor de administração de Furnas. Ele é funcionário de carreira, na estatal desde 1988, e teria sido indicado pelo senador Romário (PSB-RJ). Ferreira Junior confirmou a indicação, que atribuiu ao Ministério de Minas e Energia.

"Se você perguntar se indicações políticas existem para diretor da companhia, eu imagino que sim. Mas não há nenhuma pessoa colocada na companhia que não passe por um 'background check', que não passe pela Lei 13.303 das estatais, e que não passe especialmente pela comissão de Elegibilidade da Eletrobrás", disse Ferreira.

O executivo também disse que a Eletrobrás vai esperar que sócios vendam participação nas grandes hidrelétricas como Belo Monte e sua transmissora, São Manoel e Sinop. "Temos 'tag along', vale a pena esperar", se referindo ao direito de vender a participação pelo mesmo preço pago aos majoritários.

Entre os assuntos pendentes está a decisão sobre um parceiro estrangeiro para terminar a construção da usina nuclear de Angra 3 e a possibilidade de obter financiamento internacional para concluir as obras da usina. A palavra final

caberá ao Conselho Nacional de Política Energética. **(Colaborou Camila Maia, de São Paulo)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Graziella Valenti | De São Paulo

Título: Conselhinho julga amanhã condenação da União pela CVM

O recurso a uma das decisões mais emblemáticas da história da independência da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) será julgado pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, o chamado Conselhinho, amanhã. O relator é Flavio Maia Fernandes do Santos. A União Federal tenta anular a condenação, pela xerife do mercado, em maio de 2015, que a obriga a pagar R\$ 500 mil como controladora da Eletrobrás por abuso de poder ao não ter votado no melhor interesse da empresa na assembleia de acionistas que tratou da renovação das concessões relacionadas à Medida Provisória 579, de 2012.

O caso foi considerado um marco porque a CVM se posicionou sobre a atuação do controlador público - no caso, a União Federal - em companhias de economia mista. E a multa atribuída à União, de R\$ 500 mil, era o teto dos valores previstos na época.

Na ocasião, a relatora do julgamento da xerife, a então diretora Luciana Dias, defendeu que, como qualquer outro controlador, o dono estatal deve seguir a Lei das Sociedades por Ações e votar no melhor interesse da empresa, conforme determina o artigo 115.

Em 2012, os minoritários da Eletrobrás se queixaram à CVM pelo fato de a estatal ter decidido renovar as concessões detidas nos termos da MP 579, o que levaria a companhia a reduzir um crédito devido contra a União de R\$ 30 bilhões para R\$ 14 bilhões.

Ficou decidido, pelo julgamento, que o artigo 238 da Lei das S.As., dedicado às empresas de economia mista, não libera controladores e administradores dessas companhias de defenderem o interesse do negócio.

O artigo 238 prevê que o controlador da sociedade de economia mista tem os deveres e responsabilidades determinados pela lei, "mas poderá orientar as atividades da companhia de modo a atender ao interesse público que justificou a sua criação".

Como à época do julgamento de 2015, a União alega agora ao Conselhinho o artigo 238. Contudo, reforça que no caso específico, relacionado às concessões e

à MP 579, "é o Estado controlador quem representa o interesse público primário, objeto da própria sociedade". Dessa forma, a União estaria em condição de que mais do que o direito de votar na assembleia tinha a obrigação e o dever. "Não há dúvida de que no presente caso, o interesse da União se confunde com o interesse da Eletrobrás no adequado e eficiente provimento de serviços públicos essenciais de geração e distribuição de energia elétrica.

Luciana Dias, em seu voto, afirmou que uma interpretação mais abrangente, que atingisse o dever do controlador de votar no melhor interesse da companhia, só teria justificativa se o Estado não tivesse os mesmos mecanismos que um controlador privado tem de privilegiar os seus interesses em detrimento dos interesses da empresa e dos demais acionistas. "Mas não só o Estado tem exatamente as mesmas prerrogativas que qualquer acionista privado, como também tem todo o aparato de poder típico de Estado, inclusive o de mudar o ambiente regulatório do setor que a companhia atua", frisou a relatora e então diretora da CVM.

Assim, para ela, se o ente público estatal tem essa gama ampla de poderes e os usa como controlador e como formulador de políticas, "impondo condições específicas e inegociáveis", não há razão para tirar dos demais acionistas da economia mista a proteção dos deveres do artigo 115.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Fornecedor vê no pós-sal saída para crise

Base logística da Bacia de Campos, a cidade de Macaé, chamada de "Capital Nacional do Petróleo", no Norte Fluminense, ainda amarga os efeitos da queda das atividades do setor de óleo e gás. Acostumada nos últimos anos a conviver com demissões e cortes nas margens, a cadeia local de fornecedores ainda vê com um otimismo cauteloso os leilões deste ano, mas deposita as esperanças de uma recuperação breve, a depender do avanço do programa de parcerias e desinvestimentos da Petrobras.

Na visão dos fornecedores, embora as rodadas de 2017 marquem o retorno das áreas ultraprofundas da Bacia de Campos aos leilões da Agência Nacional de Petróleo (ANP), elas só devem se traduzir em demanda por serviços ao final da década. Por outro lado, a entrada de novos operadores, ou sócios, nos campos maduros da Petrobras poderia dinamizar rapidamente a indústria local.

O presidente da Schlumberger no Brasil, Alejandro Duran, lembra que, enquanto a estatal tem se concentrado no pré-sal, a produção no pós-sal está declinando e

que existem petroleiras - muitas delas focadas em recuperar campos maduros - que poderiam aumentar os investimentos para revitalizar a Bacia de Campos.

Existem petroleiras com interesse em elevar os investimentos para revitalizar a Bacia de Campos

"O pré-sal, sozinho, não vai resolver o problema da capacidade ociosa da indústria. A retomada passa necessariamente pela revitalização da Bacia de Campos. Há, num horizonte de curto prazo, campos existentes que, com um pouco de investimento, começariam a criar oportunidades e a recriar empregos", afirmou o executivo, na semana passada, ao participar da feira Brasil Offshore, em Macaé, que gerou R\$ 142 milhões em expectativa de negócios entre as empresas visitantes.

A Petrobras já sinalizou que buscaria parceiros para investir no pós-sal, mas nenhuma parceria avançou até o momento, à exceção de um memorando de entendimentos com a Statoil. O único projeto de revitalização do atual plano de negócios é o de Marlim, que prevê duas novas plataformas até 2021. Questionada se tem outros planos de revitalização em carteira, a partir de parcerias, a Petrobras informou que "avalia continuamente os seus campos maduros" e que aqueles cujos resultados econômicos justificarem a prorrogação da concessão são "candidatos a projeto de revitalização de acordo com um plano que melhor se ajuste à sua estratégia de negócio".

Embora a indústria local opere neste momento com capacidade ociosa, devido à retração nos investimentos em exploração, alguns fornecedores internacionais têm monitorado o mercado, de olho nas novas rodadas. Segundo Leonardo Dias, diretor do Parque Industrial Bellavista, uma espécie de condomínio industrial que abriga grandes empresas do setor, o número de consultas de empresas estrangeiras aumentou quando o governo lançou o calendário de leilões de 2017 a 2019.

"Acredito que quando o nó político do país for desatado, os investimentos retomem", disse.

Construído durante o boom do pré-sal, o parque atraiu as gigantes do setor, como a Schlumberger e Baker Hughes, mas nos últimos anos teve de remodelar seus negócios para se adaptar a uma nova realidade de mercado. O metro quadrado do condomínio, de R\$ 400, caiu para cerca de R\$ 300, e os terrenos foram divididos em pedaços menores, com foco em fornecedores de menor porte.

José Antonio Cunha, gerente de Negócios Naval e Offshore da Air Liquide, de gases industriais, explica que, com a crise das grandes empreiteiras, após a

eclosão da Lava-Jato, fornecedores menores começam a ganhar mais espaço nos serviços de manutenção e operação de plataformas.

"A Petrobras já não tem assinado aqueles contratos bilionários com as grandes empreiteiras, ela está trabalhando hoje mais com serviços mais picados", comenta Cunha, que afirma que, mesmo em baixa, o mercado ainda gera oportunidades de negócios. "Temos um mercado existente onde podemos tentar melhorar nossa participação", explica o gerente da Air Liquide, que pretende investir num novo centro de enchimento gasoso de Nitrogênio em Macaé

A Petrustech, brasileira que fornece produtos e serviços para plataformas, é uma dessas "novas emergentes". Mesmo num momento de baixa demanda no mercado, a companhia aumentou em 57% o seu faturamento no Brasil, no ano passado, para R\$ 135 milhões, e tem como meta atingir os R\$ 200 milhões em 2018.

Presidente da Petrus, Daniel Schmidt, conta que a estratégia tem sido ampliar a carteira de serviços e produtos e diversificar sua base de clientes - em seis anos de vida, a companhia fechou 947 contratos, sendo apenas quatro deles com a Petrobras.

"Uma nova geração de empresas está surgindo. A tendência hoje no mercado é de mais contratos [de menor valor], com mais empresas menores", disse.

Já o gerente de negócios da área de aluguel de compressores da sueca AtlasCopco, José Carlos Lara, destaca que, com a estratégia das empresas de diversificarem os seus portfólios, o grau de competição entre os fornecedores aumentou. "Para empresas mais preparadas, [essa competição] é positiva, mas aquelas que não fazem parte de um grande grupo econômico podem não aguentar passar pelo momento de baixa", afirma.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Macaé perdeu 28 mil postos de trabalho desde 2015

Numa loja de acessórios para celulares, no Centro de Macaé, o comerciante Jean Andrews, de 23 anos, espera a chegada de algum cliente. Ao meio-dia, horário de almoço, tradicional momento de pico para vendedores, a loja está vazia. No calçadão da Avenida Rui Barbosa, um dos principais centros comerciais da cidade, as placas de "aluga-se" dividem a paisagem com os anúncios de promoções e descontos das lojas que sobreviveram ao declínio da economia da "Capital do Petróleo".

Com a queda da arrecadação dos royalties e a redução da atividade da indústria de óleo e gás, Macaé fechou, desde 2015, 28 mil postos de trabalho - o que representa 18% de toda a população ocupada do município em 2014, antes da crise da economia local.

A trajetória de Andrews é simbólica da crise. Técnico-mecânico, ingressou em 2013 na Schlumberger, uma das gigantes do setor de serviços de perfuração, na expectativa de fazer carreira na indústria de óleo e gás, mas foi demitido num dos cortes de pessoal feitos pela multinacional no ano passado. Desde então, ficou desempregado. Ele conseguiu, há três meses, uma vaga no comércio local, onde ganha metade do salário que recebia como técnico vendendo produtos com 30% de desconto.

O governo estima que os leilões previstos até 2019 devem gerar investimentos de U\$ 80 bilhões, no longo prazo. Mas enquanto não se traduzem materialmente na retomada da atividade da indústria local, o clima na cidade ainda não compartilha de otimismo. Segundo dados do Sindicato dos Empregados do Comércio de Macaé, 630 estabelecimentos comerciais fecharam entre janeiro e maio.

"Como técnico na Schlumberger, comprei um carro, um apartamento e fiquei noivo, mas não casei ainda porque a vida virou, né?", garante Andrews.

Nas corridas de táxi pela cidade, motoristas queixam-se de quedas de 30% a 40%, numa cidade onde o táxi ainda não enfrenta a concorrência do Uber.

Prefeito de Macaé, Aluizio dos Santos (PMDB/RJ) esteve reunido este mês em Brasília com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM/RJ), para pressionar politicamente por investimentos na revitalização da Bacia de Campos. "A recuperação mais imediata do emprego local é a venda dos campos maduros", disse.

As contas da Prefeitura tiveram, no início deste ano, uma ligeira melhora, com o aumento do preço do barril do petróleo. No primeiro quadrimestre, a arrecadação do município foi de R\$ 742,42 milhões, alta de 0,6% ante igual período de 2016. A maior parte (54%) vem de recursos próprios (R\$ 402,7 milhões). Já os royalties somaram R\$ 141,1 milhões (19,02%), 93% acima das estimativas.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: André Ramalho | Do Rio****Título: Parente planeja acelerar desalavancagem da Petrobras**

O presidente da Petrobras, Pedro Parente, voltou a dizer ontem que a companhia pretende intensificar seu processo de desalavancagem nos próximos anos, mesmo que a estatal consiga reduzir a relação dívida líquida/Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) para abaixo da marca inicialmente traçada para 2018, de 2,5 vezes. O executivo afirmou que a petroleira ainda não tem um "número final", mas sinalizou que, na sua avaliação, uma empresa saudável, no Brasil, deveria ter uma alavancagem, medida pela dívida líquida/Ebitda, próxima de 1,5 vez.

"Se nós eventualmente alcançarmos esse número de 2,5 vezes antes do fim de 2018, nós não vamos parar por aí, porque esse não é um número final. Não discutimos ainda qual seria um número final, mas minha visão pessoal, uma empresa saudável, especialmente no Brasil, não poderia ter alavancagem superior a 1,5 vez", disse.

No primeiro trimestre, a relação dívida líquida/Ebitda da Petrobras alcançou os 3,2 vezes e o endividamento líquido totalizava US\$ 95 bilhões (R\$ 301 bilhões).

Para dimensionar o tamanho do endividamento da companhia, Parente disse que a Petrobras paga, anualmente, US\$ 7 bilhões em juros da dívida. Segundo ele, o número é cerca de US\$ 5 bilhões acima do que é pago, em média, pelas principais petroleiras de capital privado do mundo.

"Com essa diferença [entre o que a Petrobras paga em relação aos seus competidores], a cada ano poderíamos estar implementando um novo sistema de produção no pré-sal. Não fazemos isso, porque há uma demanda de juros que subiu exponencialmente", afirmou.

Ele comentou, ainda, sobre o rating da empresa e disse que, com base nas recentes captações da companhia no mercado, a nota da petroleira pelas agências de classificação de riscos não condiz, hoje, com a visão "mais positiva" dos investidores. Segundo Parente, a Petrobras poderia ter um rating mais elevado, mas que a avaliação de risco da União, o acionista controlador da companhia, puxa para baixo a classificação da estatal.

"Poderíamos estar num nível maior [de rating]. No entanto, estamos com um teto no rating dada a situação soberana do país", afirmou o executivo.

Questionado por integrantes da plateia sobre a possibilidade de privatização da Petrobras, o executivo disse que o assunto, hoje, não está na "agenda da sociedade".

"Vemos que existe tanto carinho do brasileiro pela Petrobras que não vejo que essa [privatização] não é uma agenda da sociedade. Se abrimos essa discussão hoje, só vamos fazer atrapalhar a execução do nosso plano estratégico", afirmou Parente.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Prumo fecha acordos

Curtas

A Prumo assinou com a BP e com a Siemens acordos de exclusividade para negociação de participações na controlada Gás Natural Açú (GNA) e suas subsidiárias. A GNA, por meio da subsidiária GNA Infraestrutura, será responsável pelo desenvolvimento dos projetos de infraestrutura do Açú Gás Hub, como um terminal de importação de gás natural liquefeito (GNL), termelétricas a gás e a instalação de uma unidade de processamento de gás natural. A negociação com a BP envolve a compra de 30% de participação na GNA, além da aquisição pela BP de 50% em outra sociedade, que ainda será constituída, responsável pelos contratos de compra e venda de energia. No caso da Siemens, o termo de negociação exclusiva envolve a aquisição de participações de 33% do capital da GNA Infraestrutura, no terminal de importação de GNL e na UTE GNA I.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Grupo São Martinho recebe crédito negociado com a IFC

Após aproveitar a boa safra do setor sucroalcooleiro para engordar sua receita e elevar sua capacidade de, o grupo São Martinho fechou mais uma operação de crédito para garantir o equilíbrio financeiro e manter a capacidade de investimentos.

Ontem, a companhia recebeu o desembolso de um financiamento de US\$ 90 milhões acertado junto à International Finance Corporation (IFC), braço do Banco Mundial. Deste montante, dois terços foram desembolsados pela própria IFC e tem prazo de pagamento de oito anos, com amortização inicial a partir do quarto

ano, enquanto os outros US\$ 30 milhões saíram do ABN-Amro e serão pagos em cinco anos.

"Esse financiamento não vem com um propósito específico, é mais para financiar o investimento de manutenção da usina", disse Felipe Vicchiato, diretor financeiro e de relação com investidores da São Martinho, ao **Valor**. Os recursos podem ser utilizados tanto nos aportes costumeiros na área industrial como na área agrícola.

A operação sucede uma recente emissão de certificados de recebíveis do agronegócio (CRAs), em abril, que resultou na captação de R\$ 506,4 milhões. Segundo Vicchiato, as duas operações "equacionaram a dívida de curto prazo" da companhia.

Com a contratação da linha junto à IFC, 30% do endividamento do grupo ficará em moeda estrangeira, mas isso não é motivo de preocupação. De acordo com o diretor financeiro, o custo do empréstimo junto ao braço do Banco Mundial é mais barato do que qualquer contratação de crédito no mercado externo. Além disso, "mesmo havendo volatilidade de câmbio no curto prazo, o fato de ser uma linha de longo prazo nos dá bastante espaço para fazer a gestão da dívida", afirmou.

A recente alta do dólar, portanto, não é encarada como motivo de preocupação nem para a dívida da São Martinho nem para os custos, até porque a moeda americana ainda estava mais alta um ano atrás, observa Vicchiato.

O acerto com a IFC dependeu de diligências para garantir que a empresa estivesse adequada a parâmetros socioambientais do braço do Banco Mundial. Para o fundo, o aporte faz parte de uma visão estratégica para o agronegócio brasileiro, por se tratar de um setor com "capacidade de geração de emprego e por ser fortemente exportador, que gera divisas", segundo Luiz Daniel de Campos, executivo responsável por agronegócios da IFC Brasil.

Atualmente, a IFC tem uma carteira de US\$ 620 milhões junto a empresas brasileiras do agronegócio, dos quais US\$ 266 milhões estão alocados somente no segmento sucroalcooleiro. "Dentro do agronegócio, quem mais demanda capital de longo prazo é o setor de açúcar e álcool", ressaltou Campos ao **Valor**.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Fernando Lopes | De São Paulo

Título: Empresa comemora o melhor ano de sua história

Apesar dos problemas climáticos que prejudicaram as lavouras de cana em algumas de suas áreas de produção, a São Martinho divulgou ontem expressivos avanços em seus resultados tanto no quarto trimestre da safra 2016/17 quanto em toda a temporada. "Foi o melhor ano da história da companhia", resumiu o diretor-presidente Fabio Venturelli.

Conforme relatório enviado ontem à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a São Martinho fechou o quarto trimestre do exercício, em 31 de março, com lucro líquido recorde de R\$ 119,4 milhões, 65,6% superior ao de igual período do ciclo anterior, Ebitda (lucro antes de impostos, depreciação e amortização) ajustado de R\$ 401 milhões, alta de 15,8% na mesma comparação, e receita líquida 9,3% maior (R\$ 894,3 milhões).

Em toda a safra 2016/17, o lucro líquido da empresa aumentou 37,2% em relação ao resultado de 2015/16, para R\$ 283,9 milhões, seu Ebitda ajustado subiu 11,1%, para R\$ 1,4 bilhão, e a receita líquida cresceu 10,3%, para R\$ 3,1 bilhões. "Não fossem as três geadas seguidas em áreas de produção de cana da empresa [cerca de 40 mil hectares foram afetados], o resultado líquido [anual] poderia ter atingido R\$ 500 milhões", disse Venturelli.

Em comunicado, a São Martinho detalhou que as intempéries reduziram em 10% sua produção canavieira em relação ao volume previsto no início da safra. Ainda assim, a moagem de cana da companhia chegou a 19,3 milhões de toneladas. Da produção, o açúcar foi o destaque: gerou receita líquida de R\$ 1,6 bilhão em todo o ciclo 2016/17, 30,7% mais que em 2015/16. Com etanol anidro, a receita caiu 4,5%, para R\$ 763,4 milhões, e com o hidratado a retração foi de 5,3%, para R\$ 475,4 milhões.

Apesar da tendência de queda das cotações internacionais do açúcar nos últimos meses, a São Martinho está confiante quanto a seu desempenho na safra 2017/18, que começou em abril. Em boa medida, porque já fixou os preços de cerca de 70% da produção que espera atingir por uma média mais remuneradora, acima dos patamares que estão sendo praticados. No caso do etanol, cujos preços domésticos também estão em queda com o avanço da colheita, a estratégia, como de costume, tem sido estocar e esperar um melhor momento para vender.

A São Martinho fechou a safra 2016/17 - quando adquiriu integralmente a Usina Boa Vista, situada em Quirinópolis (GO), e expandiu a Usina Santa Cruz, em Américo Brasiliense (SP) - com alavancagem (relação entre dívida líquida e Ebitda) de 1,55 vez, ante 2,14 vezes ao término do ciclo 2015/16. Para 2017/18, a empresa pretende investir cerca de R\$ 900 milhões em plantio e tratamentos culturais. Sem geadas e com as recentes expansões, prevê aumento de 15,7% da moagem de cana, para 22,3 milhões de toneladas, e altas de 7,6% da produção de açúcar,

para 1,4 milhão de toneladas, de 13,1% para o etanol anidro, para 450 mil metros cúbicos, e de 59,8% no caso do hidratado, para 430 milhões de litros.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Cadeia da cana renova protocolo ambiental

As usinas sucroalcooleiras e os plantadores de cana de São Paulo assinaram ontem, durante o Ethanol Summit, evento na capital do Estado, um memorando junto com o governo estadual que prevê medidas conjuntas para contornar problemas de produtividade causados pela mecanização da colheita de cana e para estimular o reflorestamento.

As metas e diretrizes do documento - que marca um novo Protocolo Agroambiental para o setor sucroalcooleiro - estão sendo definidas e serão regulamentadas em 120 dias por um grupo de trabalho composto por representantes da secretarias do Meio Ambiente e da Agricultura, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica) e da Organização dos Plantadores de Cana (Orplana).

Além de reforçar a meta de acabar com a queima da palha da cana no Estado, que hoje já foi extinta em 97,5% da área canavieira, também há a expectativa de que, em dez anos, as usinas e os plantadores consigam recuperar todas as Áreas de Preservação Permanente (APPs) possível, principalmente por meio da recomposição de matas ciliares.

O Código Florestal prevê que quem tinha atividade econômica até julho de 2008 pode recompor as APPs em uma área menor do que aqueles que não tinham atividade. Porém, como o Estado de São Paulo tem um déficit de reserva legal, o setor sucroalcooleiro se propôs a recompor o máximo de área possível de APPs para minimizar esse déficit.

Essa medida estaria prevista no Programa de Regularização Ambiental (PRA) em São Paulo, que previa um cronograma para a regularização ambiental de produtores que cometeram irregularidades até julho de 2008. No entanto, a implementação do programa está suspensa no Estado desde que o Ministério Público entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) contra a medida.

O setor também espera que, com o novo protocolo, seja garantido às usinas que aderirem aos compromissos a prorrogação em um terço do prazo de suas licenças ambientais. Atualmente, as licenças liberadas pela Cetesb duram dois anos. A

medida já estava prevista no protocolo anterior, mas não havia sido aplicada até então, já que a Cetesb não era signatária do documento.

O protocolo também indica que o governo disponibilizará linhas de crédito para financiar pesquisa e desenvolvimento. Também estão previstas parcerias técnicas entre o governo e o setor privado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Taxação de etanol importado ainda gera divergências

O governo tem mecanismos melhores que o aumento dos impostos sobre a importação de etanol para dar competitividade à indústria nacional, disse ontem o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, em conversa com jornalistas durante o Ethanol Summit.

"Essa alíquota de 17% [defendida pela Unica, associação que representa as usinas sucroalcooleiras do Centro-Sul] tem sido discutida com o Ministério da Agricultura e com o Ministério das Relações Exteriores, por meio da Camex", disse o ministro. Segundo ele, porém, "há outros caminhos mais eficazes e duradouros" para defender a indústria nacional.

O ministro concorda, contudo, que houve um incremento muito grande da importação de etanol (americano) nos primeiros meses do ano, resultado de condições desiguais entre importação e produção nacional. "O produtor nacional tem obrigações que os importadores não têm, como a manutenção de estoques mínimos. Mas entendemos que outras medidas [de incentivo] são mais simpáticas do que uma taxa pura e simples", disse Coelho Filho.

No que depender do ministério, qualquer decisão do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) sobre essa questão será implementada "o quanto antes", mas o governo ainda precisa esperar a Agência Nacional de Petróleo (ANP) cumprir seus processos internos para poder colocar em vigor as novas regras.

Para o longo prazo, realçou o ministro, é o programa Renova Bio que vai melhorar o panorama. "Vencido o primeiro momento, temos que pensar no futuro. O Renova Bio dá essa segurança, para que os investimentos voltem a acontecer no setor. A ideia é que seja publicada ainda nessa semana a resolução do CNPE que formata o grupo que vai trabalhar as iniciativas propostas".

MME / ASCOM .